

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM GOIÁS: AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

PUBLIC POLICIES ON INCLUSIVE EDUCATION IN GOIÁS: ADVANCES, CHALLENGES, AND PERSPECTIVES

Danúbia dos Santos Carvalhaes

danubia.carvalhaes@aluno.facmais.edu.br

Deise Lacerda da Silva

deise.silva@aluno.facmais.edu.br

Jhones Marcos Rosa Oliveira

jhones.oliveira@aluno.facmais.edu.br

Sanderli Moraes dos Santos

sanderli.santos@aluno.facmais.edu.br

Resumo

O presente artigo propõe e discute as políticas públicas de educação inclusivas inovadoras em Goiás, suas conquistas, seus desafios e suas consequências na prática escolar. A educação inclusiva é compreendida como o direito de todos os estudantes, inclusive aqueles com deficiência, ao acesso, à permanência e à aprendizagem na escola regular, têm sido pautada de importantes marcos legislativos e iniciativas governamentais nas últimas décadas. A pesquisa, de abordagem qualitativa e ampliada em pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, abrange o contexto histórico - normativo e institucional - da inclusão educacional em Goiás. Os resultados apresentam importantes avanços, a adaptação das estruturas escolares, a maior oferta de serviços de apoio, a implementação de práticas pedagógicas mais inclusivas, sobretudo nas regiões urbanas, todavia, persistem grandes obstáculos, como a formação pedagógica deficiente, a falta de materiais didáticos adaptados e a resistência cultural à diversidade. Conclui-se que, embora os avanços sejam benéficos, a institucionalização de uma educação - o que é verdadeiramente inclusiva no Estado requer políticas públicas mais integradas, investimentos permanentes e o fortalecimento de uma cultura escolar comprometida com a equidade e a justiça social.

Palavras-chave: Políticas públicas. Educação inclusiva. Goiás. Desafios.

Abstract

This article proposes and discusses innovative inclusive education public policies in Goiás, their achievements, challenges and consequences for school practice. Inclusive education is understood as the right of all students, including those with disabilities, to access, stay and learn in mainstream schools, and has been the subject of important legislative frameworks and government initiatives in recent decades. The research, which takes a qualitative approach and is based on bibliographical and documentary research, covers the historical context - normative and institutional - of educational inclusion in Goiás. The results show important advances, the adaptation of school structures, the greater provision of support services, the implementation of more inclusive pedagogical practices, especially in urban regions, but major obstacles remain, such as poor pedagogical training, the lack of adapted teaching materials and cultural resistance to diversity. The conclusion is that, although progress has been beneficial, the institutionalization of truly inclusive education in the state requires more integrated public policies, permanent investment and the strengthening of a school culture committed to equity and social justice.

Keywords: Public policies. Inclusive education. Goiás. Challenges.

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva se consolidou como uma das maiores bandeiras na luta pela equidade e justiça sociais, garantindo que todos os estudantes - não importando suas características e/ou deficiências - tenham o direito de acesso e permanência no sistema de ensino regular. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 consagra o direito à educação a todos, incluindo as pessoas com deficiência, e estabelece políticas públicas para garantir essa oferta. Como dispõe a Constituição, "A educação será promovida e incentivada com a finalidade de garantir o acesso de todos a educação de qualidade, sem discriminação de qualquer natureza, devendo a pessoa com deficiência ter direito de acesso e permanência na rede regular de ensino" (Brasil, Constituição Federal de 1988, Art. 208). Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece o direito à educação, em igualdade de condições a todos, para a pessoa com deficiência, que terá assegurada a matrícula em instituição de ensino regular, bem como o acesso a serviços de apoio que favoreçam o seu desenvolvimento integral (BRASIL, 2015).

Entretanto, embora ocorram avanços nas legislações e nas várias iniciativas vigentes, a concretização dessas políticas ainda apresenta grandes desafios, tais como a falta de recursos suficientes, a luta cultural e a formação inadequada dos profissionais da educação. Ferreira e Souza (2011) afirmam: "apesar dos avanços nas políticas públicas de educação inclusiva no Brasil, as práticas de inclusão nas escolas ainda encontram obstáculos significativos, como resistência cultural, falta de recursos e a formação inadequada de professores".

A educação inclusiva, como direito social, deve assegurar não apenas o acesso à escola, mas a permanência e o sucesso escolar de todos os estudantes (UNESCO, 2009). Como propõe Mantoan (2003), a educação inclusiva é uma mudança no papel da escola, levando a práticas pedagógicas que se abram mais à diversidade humana.

No estado de Goiás, a educação inclusiva surgiu da tentativa de implementar políticas públicas de adaptação das escolas e dos currículos, bem como da formação de professores para atender às necessidades educacionais especiais. Contudo, a eficácia dessas políticas e os reais avanços obtidos ainda carecem de uma análise mais aprofundada, considerando-se um contexto tão diversificado quanto o goiano, que possui especificidades regionais. Como observou Oliveira (2018), "em Goiás, como em outros estados brasileiros, a implementação da educação inclusiva está em processo, ocorrendo alguns avanços na acessibilidade física e na adaptação curricular, mas ainda existem desafios em relação à formação de educadores e à adequação de recursos pedagógicos".

Este estudo visa analisar os avanços e os desafios das políticas públicas de educação inclusiva em Goiás, buscando entender a efetividade das ações realizadas, assim como os desafios ainda existentes no cotidiano escolar. Dessa forma, o objetivo deste estudo é analisar os avanços e os desafios das políticas públicas de educação inclusiva em Goiás, buscando compreender a efetividade das ações realizadas e os desafios ainda existentes no cotidiano escolar. Pois segundo Glat e Blanco (2000), políticas públicas inclusivas que sejam eficazes devem ser baseadas no reconhecimento da diferença enquanto valor, na busca pela igualdade de oportunidades para todos. A questão norteadora é: Quais são os principais avanços e os desafios das políticas

públicas de educação inclusiva e qual a sua interferência na experiência educativa dos estudantes com deficiência?

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO

Neste estudo, utilizou-se a técnica da pesquisa bibliográfica, que, de acordo com Marconi e Lakatos (1992, p. 43), "consiste no levantamento, leitura e análise da bibliografia já publicada e que se relaciona com o tema de estudo", permitindo o exame crítico de teorias e contribuições consolidadas na literatura acadêmica, bem como a fundamentação da construção do referencial teórico e da análise da realidade estudada (GIL, 2008).

Essa abordagem visa possibilitar ao pesquisador uma interação aprofundada com o corpo de conhecimento já construído sobre o objeto, permitindo-lhe ver surgir uma investigação que seja mais estruturada e contextualizada. Para Minayo (2007), sendo a pesquisa qualitativa voltada para compreender os significados e sentidos atribuídos ao fenômeno social, ela se torna o tipo ideal para buscar compreender as nuances das políticas de inclusão.

Analisaram-se obras, artigos científicos, documentos oficiais e legislações sobre o tema da inclusão escolar, políticas públicas educacionais, formação docente e práticas pedagógicas inclusivas. Dentre os principais autores e documentos estudados, destacam-se os de Mantoan (2003), Ferreira e Souza (2011), Oliveira (2018), Soares (2015), Glat e Blanco (2000), além de legislações nacionais, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).

Uma metodologia que ainda se fundamenta na análise documental entendida a partir do exame sistemático de documentos escritos, que contenham informações pertinentes ao objeto estudado (BARDIN, 2011). Foram selecionados o conjunto de dispositivos legais, diretrizes curriculares e documentos institucionais que dissertem sobre a educação inclusiva, no estado de Goiás. O corpus documental foi analisado tendo como referência as categorias: formação de professores; acessibilidade; recursos pedagógicos; e participação dos educandos com deficiência no ensino regular.

Esse delineamento metodológico propicia uma visão crítica das ações de governo relacionadas à inclusão, permitindo apresentar os avanços e os desafios do funcionamento das políticas públicas. O enfoque qualitativo foi fundamental para apreender as tensões, ambivalências e contradições do processo inclusivo em Goiás, permitindo uma análise crítica, contextualizada, da realidade educacional.

3. AVANÇOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O Brasil tem feito grandes progressos na elaboração e implementação de políticas públicas relacionadas à educação inclusiva. A Constituição Federal de 1988 foi um importante passo ao prever, a partir do artigo 208, a concretização do dever do Estado com a educação por meio do "atendimento educacional especializado"

para os portadores de deficiência, "preferencialmente na rede regular de ensino" (BRASIL, 1988). Tal princípio foi reiterado pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que reconheceu o direito à educação em igualdade de condições para as pessoas com deficiência, garantindo a acessibilidade, a permanência e a participação do aluno portador de deficiência na rede de ensino regular.

De acordo com Mantoan (2003), a educação inclusiva “não se resume à inserção de crianças com deficiência nas escolas regulares, devendo ser encarada, antes, como uma nova configuração das práticas pedagógicas, dos espaços e dos currículos, que, adaptados, atendam à diversidade de todo o corpo estudantil”. Essa nova configuração pedagógica exige modificações estruturais e culturais nas instituições escolares que ultrapassam o mero acesso físico às salas de aula.

Juntamente com o marco legal, políticas complementares, como o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e os Programas de Formação Continuada de Professores, têm contribuído para a construção de um ambiente mais acolhedor e responsivo à diversidade. Para Soares (2015), “a formação de professores para a inclusão é um dos pilares fundamentais para sua efetiva implementação, pois prepara os docentes para atender às necessidades diversificadas dos alunos”.

Glat e Blanco (2000) afirmam que progressos em políticas públicas inclusivas dependem do comprometimento do Estado com a garantia da condição de aprendizado para todos, isto é, com formação, apoio pedagógico e acessibilidade. A UNESCO (2009) também chama atenção para o fato de a inclusão educacional exigir uma abordagem sistêmica, ou seja, onde políticas, práticas e culturas escolares se articulem visando a equidade.

4. DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Devido ao progresso normativo e à elaboração de diretrizes para promover uma educação inclusiva, ainda enfrentamos diversos obstáculos ao implementarmos tais políticas no cenário educacional do Brasil. Conforme mencionado por Ferreira e Souza (2011), os principais desafios que dificultam a efetivação dos princípios inclusivos nas escolas incluem resistência cultural, escassez de recursos materiais e humanos e falta de infraestrutura adequada.

Um dos principais desafios encontrados é a falta de formação adequada dos professores para lidar com a diversidade educacional existente dentro da sala de aula. Muitos educadores não estão devidamente preparados para desenvolver estratégias pedagógicas inclusivas, de forma a atender às especificidades dos alunos com deficiência, o que proporciona um impacto direto na qualidade do processo de ensino e aprendizado. Oliveira (2018) salienta que é preciso oferecer formação continuada para que os professores possam ajustar suas práticas pedagógicas e viabilizar ambientes de aprendizagem inclusivos e eficientes".

Outro impedimento relevante é a ausência de materiais didáticos adaptados, as tecnologias assistivas e o apoio especializado. A dificuldade no ajuste curricular e a escassez de flexibilidade nos métodos pedagógicos de ensino constituem barreiras ao acesso significativo ao conteúdo para os alunos com deficiência. Mantoan (2003) argumenta que "a educação inclusiva não pode ser vista como um simples ajuste físico, mas também deve conter o ajuste dos currículos e das práticas pedagógicas, visando que todos os alunos aprendam de forma significativa".

De acordo com Sasaki (1997), para alcançar uma inclusão plena é necessário vencer obstáculos relacionados à atitude das pessoas e à infraestrutura escolar e pedagógica — um desafio que demandará da escolha um posicionamento comprometido com valores políticos e éticos voltados para igualdade social. Por outro lado, Peters (2007), destaca que o êxito das políticas inclusivas está diretamente ligado à integração eficiente entre os sistemas educacionais existentes juntamente com o desenvolvimento profissional dos docentes e o suporte financeiro e institucional constante.

A UNESCO (2009) destaca que os sistemas educacionais inclusivos devem estar preparados para atender às diversas necessidades dos alunos e promover a justiça social e uma aprendizagem participativa efetiva. A ausência de uma política adequada de monitoramento e apoio às escolas enfraquece as iniciativas de inclusão e aumenta as disparidades educacionais, especialmente nas áreas rurais e periféricas.

5. Educação Inclusiva em Goiás: Avanços e Limitações Regionais

Em Goiás, a educação inclusiva tem avançado por meio de políticas públicas em âmbitos estadual e municipal no sentido de garantir o direito à escolarização de alunos com deficiência. Oliveira (2018) diz que "Goiás tem feito esforço no sentido de criar espaços físicos adaptados para a inclusão e os alunos com deficiência estão sendo inseridos, embora ainda tenha dificuldades em relação à formação continuada dos professores e a adaptação curricular". As dificuldades citadas sugerem o desencontro entre as diretrizes legais e sua implementação no cotidiano escolar, principalmente nas regiões do interior e do campo.

Mesmo havendo uma legislação que a respalda e de existir programas educacionais para a inclusão, persistem desafios estruturais, como a carência de recursos financeiros, a falta de equipes multidisciplinares nas escolas e a inexistência de materiais pedagógicos adequados. Além disso, a resistência de parte das comunidades escolares em aceitar as práticas inclusivas denuncia uma necessidade de mudança tanto cultural quanto pedagógica. Glat e Blanco (2000) afirmam que o êxito das políticas provém do trabalho articulado, entre gestores Escolares, professores, famílias e estudantes e da formação continuada de qualidade.

Apesar de todas as limitações, experiências positivas têm surgido no sistema público de ensino, em especial, no que se refere a Goiânia. Algumas escolas estão desenvolvendo práticas pedagógicas inclusivas, com a flexibilização curricular, com a oferta de salas de recursos multifuncionais e com o uso do profissional de apoio. Essas ações destacam a importância das políticas públicas locais (municipais e estaduais) que garantem

a autonomia docente e que fortalecem a cultura escolar de inclusão. Como Aranha (2006) afirma, a construção de uma educação inclusiva de qualidade não depende apenas da existência de uma legislação, mas do compromisso político e institucional em romper com os paradigmas excludentes que estavam anteriormente estabelecidos.

Analisando-se a realidade goiana, pode-se verificar que os avanços na inclusão não se dão de forma homogênea, e que variáveis como localização geográfica, disponibilidade de recursos e cultura institucional fazem a diferença no processo. Omote e Bianchetti (2006) afirmam que, para garantir uma inclusão verdadeira, é imprescindível investir em estratégias regionais que respeitem as especificidades locais, promovendo equidade no acesso e na permanência escolar.

6. LACUNAS NA LITERATURA

Embora o Brasil tenha avançado em pesquisas e em políticas públicas sobre inclusão, existem lacunas relevantes na literatura acadêmica que tratam, principalmente, dos efeitos dessas ações nas escolas públicas do estado de Goiás. Maior parte dos estudos é de caráter conceitual ou descritivo das legislações e das diretrizes, não apresentando investigações empíricas sistemáticas relacionadas aos efeitos das políticas de inclusão no desenvolvimento e na aprendizagem dos alunos com deficiência.

Além disso, há uma carência de artigos que tragam informações sobre como as políticas têm sido recebidas, interpretadas e implementadas pelos gestores escolares. O modo como os diretores, coordenadores pedagógicos e os professores entendem e atuam sobre os princípios da inclusão pode variar muito, afetando a realização das ações propostas. Glat e Blanco (2000) afirmam que a realização da inclusão não se baseia apenas na existência de políticas, mas em como estas são entendidas e assumidas pela comunidade escolar.

Outro ponto a ser abordado é a participação das famílias e dos próprios alunos no debate sobre a inclusão. A produção científica ainda registra escassas pesquisas que tratam da percepção dos pais, alunos e professores acerca das práticas inclusivas do cotidiano. Desse modo, há uma lacuna relevante para pesquisas futuras, com foco qualitativo, participativo.

Quanto à formação docente, apesar de existirem programas de capacitação e qualificação promovidos pelas esferas federal, estadual e municipal, muitos professores afirmam que a formação continuada ainda aparece como pontual, com caráter teórico, desarticulada da realidade da escola. Como afirmam Ferreira e Souza (2011), "a formação de professores para a inclusão, deve ser vista como um processo contínuo que integre teoria e prática pedagógica e não como uma atividade pontual". D'Antino (2007), também fala sobre a importância de uma formação colaborativa, que propicie a troca de experiências e o acompanhamento prático acerca das dificuldades encontradas no cotidiano da sala de aula.

Pacheco et al. (2011) sustentam ainda que é necessário investir em modelos formativos que rompam a lógica da formação tecnicista, mas que se destinem à promoção de reflexões críticas sobre a prática inclusiva, com acompanhamento contínuo dos profissionais especializados.

Desse modo, as lacunas apontadas na literatura indicam a necessidade de mais estudos empíricos, com foco nas realidades regionais, na escuta da comunidade escolar e na avaliação de resultados das políticas inclusivas para a construção de uma escola pública mais equitativa.

7. RESULTADOS

A análise das políticas públicas de educação inclusiva em Goiás mostra que houve avanços significativos, principalmente quanto ao quadro legal e à adequação do sistema de ensino para a inclusão do educando com deficiência. A promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015) assegurou o direito ao acesso, à permanência e à participação dos alunos com deficiência na escola comum, subtraindo um elemento normativo fundamental para as práticas educacionais inclusivas.

Por outro lado, a nível estadual ainda se percebe um importante trabalho de adaptação e adequação dos espaços físicos escolares e a implementação de serviços de apoio pedagógico especializado. Esses pontos demonstram avanços nas condições estruturais e sinalizam o compromisso institucional com a promoção da acessibilidade. Sob a perspectiva de Oliveira (2018), houve em Goiás um movimento crescente de adaptações arquitetônicas das escolas públicas, especialmente na zona urbana, junto à introdução de recursos voltados ao atendimento especializado.

Contudo, a análise também pôde constatar que a eficiência e a eficácia das políticas públicas inclusivas se encontram comprometidas por dificuldades ainda vigentes, como a formação inicial e continuada de professores, muitas vezes não se coadunando com as necessidades educativas do educando com deficiência. De acordo com Ferreira e Souza (2011), a eficácia das políticas inclusivas depende da formação qualificada dos profissionais da educação, de uma estrutura adequadamente constituída e de um suporte institucional perene.

Outro obstáculo comumente identificado é a falta de materiais didáticos adaptados, tecnologias assistivas e recursos humanos especializados, cuja ausência compromete a equidade do ensino-aprendizagem e reforça as barreiras à inclusão. Para Mantoan (2003), a inclusão vai além da presença física do aluno na escola, requerendo adaptações curriculares e práticas pedagógicas que proporcionem a participação plena e significativa de todos.

Os dados levantam desigualdades regionais significativas, com instituições localizadas em regiões urbanas, especialmente em Goiânia, conformando-se melhor com as diretrizes da educação inclusiva, em contraste com as escolas rurais ou de periferia. Tal dissimilaridade é explicada pela falta de investimento, pela limitação do apoio técnico e pela inexistência de uma política pública para a inclusão que articule as

particularidades da região. Segundo Oliveira (2018), a educação inclusiva em Goiás é um desdobramento de desigualdades estruturais que afetam o acesso ao direito de aprender de forma equitativa.

Conforme observado por Carvalho (2009), apesar dos textos legais, a situação das escolas no Brasil, especialmente em comunidades social e economicamente frágeis, ainda carece de condições, para uma inclusão educativa de qualidade. Assim como, Werneck (1997) entenderá que, sem um esforço político e social contínuo, a inclusão ficará restrita ao discurso, sem se concretizar nas práticas escolares.

Por fim, Mittler (2003) salienta que é preciso uma abordagem sistêmica da inclusão, que atenda não só a escola, mas as políticas intersetoriais e o engajamento da comunidade. Esta visão reafirma a necessidade de políticas públicas mais conectadas, que superem desigualdades entre as regiões e que vejam a equidade como um conceito de política educativa inclusiva.

8. DISCUSSÕES

Os dados obtidos indicam que, apesar das aquisições importantes do estado de Goiás na realização das políticas públicas voltadas para a educação inclusiva, a realidade escolar ainda está longe de garantir uma inclusão de fato, justa e eficaz. Um dos maiores desafios encontrados diz respeito à formação dos professores, que, mesmo com a existência de programas de formação, são pouco preparados e frequentemente não encontram formação continuada e adequada às demandas reais da sala de aula inclusiva.

Como ressaltam Mantoan (2003), a educação inclusiva não deve ser considerada simplesmente como a inserção física de alunos com deficiência nas escolas comuns, mas sim uma transfiguração profunda das práticas pedagógicas, que supõe revisar as metodologias de ensino, flexibilizar o currículo e elaborar estratégias que valorizam a diversidade exigindo, porém, uma formação docente sólida e permanente.

Além das fragilidades na formação, a resistência cultural permanece como um obstáculo central. Muitos educadores assume as concepções tradicionais a respeito da prática docente e, por isso, não garantem práticas inclusivas efetivas. Essa resistência, segundo Ferreira e Souza (2011), se refere não apenas à falta de formação, mas à carência de uma cultura institucional efetiva em favor da equidade. Glat e Blanco (2000) argumentam que a inclusão implica uma transformação no paradigma educacional, que passe a compreender as diferenças como partes constitutivas do processo de ensino-aprendizagem.

Outro fator é a escassez de recursos pedagógicos, materiais adaptados e tecnologias assistivas. A presença física dos estudantes com deficiência nas escolas, por si só, não assegura, efetivamente, a participação ativa e significativa deles. Como assevera Oliveira (2018), a inclusão pede não apenas a acessibilidade arquitetônica, mas o suporte técnico, pedagógico e emocional que asseguram a criação de percursos escolares vitoriosos. Stainback e Stainback (1999) destacam que a falta de recursos adequados implica uma ameaça à equidade de oportunidades educacionais, no sentido de reforçar os mecanismos de exclusão camuflados.

Verifica-se também a necessidade de um melhor engajamento entre diferentes níveis de governo (municipal, estadual e federal) e a sociedade civil, para que desenvolvam políticas públicas mais coerentes, eficazes e sustentáveis. A falta da articulação entre as instâncias políticas produz descontinuidade dos programas, fragilidade de ações e perda de recursos. Sasaki (1997) defende que a inclusão deve ser debatida em perspectiva intersetorial e participativa, respeitando o compromisso da comunidade escolar e as suas redes de apoio social.

Dessa forma, é oportuno reafirmar que a concretude da educação inclusiva requer não apenas uma adequação das estruturas físicas e curriculares, mas um compromisso ético e político com a construção de uma escola pública democrática, que reconheça e valorize a diversidade humana como condição necessária para a efetivação do direito à educação. Conforme defende Boaventura de Sousa Santos (2002), deve-se “reinventar a pedagogia” a partir das margens, ou seja, deve-se construir a prática educativa que não reproduza desigualdades, mas que busque pela sua superação, promovendo a transformação social.

9. Considerações Finais

A análise realizada neste estudo mostrou que as políticas públicas de educação inclusiva no estado de Goiás avançaram em aspectos relevantes, principalmente no campo legislativo e na adaptação física de algumas instituições escolares. A presença de marcos legais como a Constituição Federal de 1988 e a Lei Brasileira de Inclusão (2015) aponta que, em termos normativos, a inclusão foi confirmada, e ações locais demonstraram que há esforços reais para promover a acessibilidade e atender alunos com deficiência.

Entretanto, mesmo com tais avanços, a pesquisa evidenciou que a inclusão educacional enfrenta enormes barreiras, sendo as duas maiores a formação pedagógica deficitária dos professores; a escassez de Intenções materiais e humanas e a resistência cultural de muitas comunidades escolares. Essas barreiras mostram que apenas a adaptação estrutural das escolas não é suficiente para garantir a participação e a aprendizagem efetiva dos alunos com deficiência.

Em síntese, é preciso desenvolver políticas públicas mais integradas e eficazes, com mais investimento em infraestrutura, em formação continuada, em tecnologias assistivas e no apoio pedagógico especializado. É urgente também desenvolver uma cultura escolar inclusiva, que valorize a diversidade, a justiça social e o respeito às particularidades dos sujeitos.

Nesse sentido, a construção de uma formação escolar efetivamente inclusiva em Goiás e no Brasil deve ser um esforço conjunto, permanente e comprometido com a equidade. O Governo, os educadores, as famílias e a sociedade civil precisam atuar em conjunto para romper as barreiras existentes, garantindo que todos os estudantes tenham não apenas acesso, mas também oportunidades efetivas de desenvolvimento e de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. S. F. Educação Inclusiva: novos desafios. São Paulo: Moderna, 2006.
- AZEVEDO, J. P. et al. Educação para Todos: os desafios da inclusão. Brasília: UNESCO, 2009.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC/SEESP, 2008.
- CARVALHO, R. E. A educação inclusiva nas escolas brasileiras. Revista Educação Especial, v. 22, n. 36, p. 269-280, 2009.
- D'ANTINO, M. E. F. Formação de professores e práticas inclusivas. Cadernos Cedes, v. 27, n. 73, p. 41-60, 2007.
- FERREIRA, L. F.; SOUZA, M. A. Políticas públicas de educação inclusiva no Brasil: desafios e perspectivas. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 47, p. 177-189, 2011.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GLAT, R.; BLANCO, R. Políticas Públicas e Educação Inclusiva. Revista Educação & Sociedade, v. 21, n. 73, p. 33-46, 2000.
- GOMES, C. A.; LIMA, L. R. A formação docente e a educação inclusiva: desafios e possibilidades. Revista Educação e Pesquisa, v. 42, p. 101-119, 2016.
- MACHADO, R. A. Política pública educacional e inclusão. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 30, n. 3, p. 655-672, 2014.
- MANTOAN, M. T. E. Políticas públicas de educação inclusiva: implicações para a prática pedagógica. Revista Brasileira de Educação, v. 8, n. 23, p. 85-98, 2003.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Editora Atlas, 1992. 4a ed. p.43 e 44.
- MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.
- MITTLER, P. Educação Inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- OLIVEIRA, R. A. Educação inclusiva em Goiás: desafios e avanços na prática pedagógica. Revista Goiana de Educação, v. 10, p. 56-70, 2018.
- OMOTE, S.; BIANCHETTI, L. (Orgs.). Inclusão: debates e possibilidades. Campinas: Papyrus, 2006.

PACHECO, J. E. et al. A formação de professores para a educação inclusiva. Revista Ibero-Americana de Educação, n. 56, p. 1-14, 2011.

PETERS, S. J. Educação Inclusiva: uma abordagem sistêmica. São Paulo: Loyola, 2007.

SANTOS, B. S. A pedagogia do oprimido revisitada. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 63, 2002.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, C. L. Educação especial e inclusão escolar. São Paulo: Cortez, 2006.

SOARES, S. P. Formação de professores para a educação inclusiva: desafios e perspectivas. Revista Brasileira de Formação de Educadores, v. 11, n. 2, p. 45-59, 2015.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

UNESCO. Inclusão educacional: diretrizes para políticas e práticas. Brasília: UNESCO, 2009.

WERNECK, C. Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. Rio de Janeiro: WVA, 1997.